

Associações espanholas no Rio de Janeiro durante a ditadura de Getúlio Vargas: perseguição e estratégias de sobrevivência (1937-1945)

Érica Sarmiento da Silva*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Recebido em: 04 jun. 2025

Aprovado em: 04 nov. 2025

Publicado em: 30 abr. 2026

Resumo

A coletividade espanhola e sua rede de associações no Rio de Janeiro, especialmente o Centro Galego do Rio de Janeiro, foram, juntamente com outros grupos de estrangeiros, objeto de diversas investigações e perseguições por parte da polícia política durante a ditadura de Getúlio Vargas. Vale ressaltar a importância quantitativa desse grupo migratório, sendo o terceiro em importância no Rio de Janeiro, o que o leva a construir importantes redes de solidariedade e, também, a conformação de uma elite étnica que transitava em vários espaços da cidade com o objetivo de projetar-se socialmente. Nosso objetivo será identificar as redes de solidariedade, as dissidências políticas entre os imigrantes espanhóis e as estratégias de sobrevivência utilizadas por eles, conhecidos comerciantes, durante esse período turbulento da história brasileira. Neste artigo, através dos documentos do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, do Arquivo Nacional do Brasil (no Rio de Janeiro) das atas do Centro Galego do Rio de Janeiro, investigaremos e analisaremos os nomes e as causas daqueles que, inocentes ou culpados, foram alvo da polícia política.

Palavras-chave: Associativismo Espanhol. Galegos. Rio de Janeiro. Getúlio Vargas. Perseguição.

* Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. Doutora em História pela Universidade de Santiago Compostela; graduada em Comunicação Social pela Universidade Estácio de Sá. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: erisarmiento@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-6133-4328>

 <http://lattes.cnpq.br/4609263183087012>

Spanish associations in Rio de Janeiro during the Getúlio Vargas dictatorship: persecution and survival strategies (1937-1945)

Érica Sarmiento da Silva*

Rio de Janeiro State University
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Received: 04th June 2025

Approved: 04th Nov. 2025

Published: 30th Apr. 2026

Abstract

The Spanish community and its network of associations in Rio de Janeiro, especially the Galician Center of Rio de Janeiro, along with other groups of foreigners, were the subject of numerous investigations and persecutions by the political police during the Getúlio Vargas dictatorship. It is worth highlighting the quantitative importance of this migratory group, being the third largest in Rio de Janeiro, which led them to build important solidarity networks and also to form an ethnic elite that moved through various spaces in the city with the aim of projecting themselves socially. Our objective will be to identify the solidarity networks, the political dissensions among Spanish immigrants, and the survival strategies used by them, known merchants, during this turbulent period of Brazilian history. In this article, through documents from the Public Archive of the State of Rio de Janeiro, the National Archive of Brazil (in Rio de Janeiro), and the minutes of the Galician Center of Rio de Janeiro, we will investigate and analyze the names and causes of those who, innocent or guilty, were targeted by the political police.

Keywords: Spanish associativism. Galicians. Rio de Janeiro. Getúlio Vargas. Persecution.

* Full Professor at the Rio de Janeiro State University, Institute of Philosophy and Human Sciences, Department of History. PhD in History from the University of Santiago de Compostela; BA in Social Communication from Estácio de Sá University. CNPq Research Productivity Fellow. Email: erisarmiento@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-6133-4328>

 <http://lattes.cnpq.br/4609263183087012>

El asociacionismo español en Río de Janeiro durante la dictadura de Getúlio Vargas: persecución y estrategias de supervivencia (1937-1945)

Érica Sarmiento da Silva*

Universidade Estadual de Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Recibido: 04 jun. 2025

Aprobado: 04 nov. 2025

Publicado: 30 abr. 2026

Resumen

La comunidad española y su red de asociaciones en Río de Janeiro, especialmente el Centro Galego do Rio de Janeiro, fueron, junto con otros grupos de extranjeros, objeto de diversas investigaciones y persecuciones por parte de la policía política durante la dictadura de Getúlio Vargas. Cabe destacar la importancia cuantitativa de este grupo migratorio, el tercero en importancia en Río de Janeiro, lo que le llevó a construir importantes redes de solidaridad y también a la formación de una élite étnica que transitaba por diversos espacios de la ciudad con el objetivo de proyectarse socialmente. Nuestro objetivo será identificar las redes de solidaridad, las disidencias políticas entre los inmigrantes españoles y las estrategias de supervivencia utilizadas por ellos, conocidos comerciantes, durante este turbulento período de la historia brasileña. En este artículo, a través de los documentos del Archivo Público del Estado de Río de Janeiro, del Archivo Nacional de Brasil (en Río de Janeiro) y de las actas del Centro Gallego de Río de Janeiro, investigaremos y analizaremos los nombres y las causas de aquellos que, inocentes o culpables, fueron blanco de la policía política.

Palabras-clave: Asociacionismo Español. Galegos. Rio de Janeiro. Getúlio Vargas. Persecución.

* Profesora Titular de la Universidad Estatal de Río de Janeiro, Instituto de Filosofía y Ciencias Humanas, Departamento de Historia. Doctora en Historia por la Universidad de Santiago de Compostela; graduado en Comunicación Social por la Universidad Estácio de Sá. Becario de Productividad en Investigación del CNPq. Correo electrónico: erisarmiento@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-6133-4328>

 <http://lattes.cnpq.br/4609263183087012>

Introdução

Ao longo desse artigo, analisaremos a coletividade espanhola do Rio de Janeiro a partir do associativismo migrante e dos sócios que o compõe, priorizando as suas lideranças étnicas, os chamados “homens de negócio”, comerciantes que tiveram seus nomes envolvidos nos arquivos policiais brasileiros. A partir do exame de fontes do Fundo da Polícia Política do Rio de Janeiro e dos seus relatórios das décadas de 1940, localizadas no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), bem como as atas do Centro Galego e do processo 2374 do Tribunal de Segurança Nacional, do ano de 1943, localizado no Arquivo Nacional (AN-RJ), começaremos a desvendar uma parte, ainda obscura e desconhecida, do associativismo espanhol no Rio de Janeiro. Será importante analisar os motivos pelos quais esses imigrantes foram autuados nos processos e o porquê do Centro Galego do Rio de Janeiro, como associação migrante, merecer lugar de destaque no Tribunal de Segurança Nacional do governo de Getúlio Vargas, sendo seus sócios convocados a depor. Outrossim, pretendemos identificar a formação de redes de solidariedade e as estratégias de sobrevivência empreendidas por esses homens nesse período da história brasileira.

No caso do Rio de Janeiro vale salientar que a coletividade espanhola compreende, em estatísticas, o terceiro grupo mais importante na “cidade maravilhosa” (Cf. *Recenseamento Geral do Rio de Janeiro*, 1906; 1920). Desde a metade do século XIX, a partir de 1850, antes mesmo da Grande Imigração (1890-1930), os espanhóis começaram a desembarcar de forma espontânea nos trópicos. Vale destacar, também, fato muito importante no decorrer desta pesquisa, que os galegos representam o grupo majoritário do contingente espanhol, englobando 80 a 90% dos que desembarcaram no Rio de Janeiro (Sarmiento, 2017). Portanto, todos os indivíduos autuados nos processos e citados ao longo desse artigo são de origem galega e a associação, cujo documento será analisado, compreende o Centro Galego.

Dito isso, pensando acerca dos estudos de associativismo migrante no Brasil é importante frisar que ainda persiste uma lacuna na historiografia quanto a uma análise exaustiva da temática, em especial no que diz respeito ao associativismo espanhol no Rio de Janeiro. No caso do Brasil, por um lado, podemos considerar que a escola paulista foi das pioneiras no estudo do associativismo espanhol, mas, por outro, ela não conseguiu consolidar uma tradição de pesquisas acerca das redes de solidariedade que incentivassem a circulação de ideias, através dos periódicos, e, também, do envio de remessas para a sociedade de origem. Nas últimas décadas, apareceram novos estudos, principalmente em São Paulo, que se preocuparam com a imigração direcionada às áreas urbanas, priorizando a análise qualitativa e a utilização de fontes orais e impressas, bem como a utilização de atas de associações migrantes. Por exemplo, é o caso da pesquisa de Marília Cánovas (2005; 2009; 2017), que demonstra que, para a cidade de Santos, a maioria do contingente oriundo do Estado espanhol era de origem galega, diferentemente da capital e do interior do Estado paulista, onde eles estavam em segunda colocação, predominando a imigração andaluza. Merecem destaque, também, os estudos de Ismara Izepe de Souza (2005), a respeito dos

crimes políticos, com a análise da documentação da Delegacia Especializada de Ordem Política e Social de São Paulo (a autora também utiliza alguns exemplos do Rio de Janeiro). Quanto ao associativismo em geral, vale ressaltar importantes obras como a de Luigi Biondi (2002) sobre as sociedades mutuais italianas e sua associação e inter-relação com os socialistas emigrados para o estado de São Paulo. Biondi afirma a impossibilidade da existência de uma relação etapista entre mutuais e sindicatos. Na nossa pesquisa, seguiremos a linha argumentativa de Biondi, para o caso específico da imigração galega, pois acreditamos que as associações galegas, no caso o Centro Galego do Rio de Janeiro, não surgiu do movimento operário das sociedades de recepção, mas sim da união de patrícios desejosos de visibilidade, projeção e ajuda mútua não proporcionada pelo Estado de acolhida. Por isso, consideramos relevante seguir investigando o associativismo espanhol, no caso deste artigo o que corresponde ao Rio de Janeiro, pois ainda existem fontes inéditas a serem levantadas e analisadas bem como o envolvimento e a participação da colônia espanhola tanto nos contextos políticos da sociedade de recepção quanto na de origem.

É importante conhecermos, de forma sucinta e introdutória, a característica da imigração espanhola no Rio de Janeiro, pois a questão associativa e suas lideranças étnicas, ponto principal deste artigo, estão relacionadas às redes tecidas por eles e pela tradição migratória na cidade. Os espanhóis ocuparam as freguesias centrais, próximas à zona portuária, como as de São José e de Santo Antônio. O seu pioneirismo, compartilhando as ruas do Rio de Janeiro com outros grupos como os portugueses, italianos e a população nacional livre e escravizada (e a partir da Abolição, em 1888, os libertos), possibilitou a sua precoce inserção socioprofissional, bem como o início de um potente associativismo. A imigração espontânea, aquela não financiada pelos Estados, possibilitou que muitos deles se empregassem em setores onde se encontravam, anteriormente, patrícios e/ou familiares, naqueles espaços profissionais onde já havia uma tradição migratória. No caso do Rio de Janeiro, o comércio e a hotelaria foram os setores predominantes dos espanhóis (Sarmiento, 2017).

Esses homens enraizados no comércio carioca, líderes étnicos envolvidos no associativismo espanhol, imigrantes majoritariamente de origem galega, tornaram-se, muitos, membros de uma coletividade consolidada e desejosa de reconhecimento na urbe carioca. Entretanto, na conjuntura de ascensão dos fascismos na década de 1930, do Estado Novo, a partir de 1937, e da II Guerra, a perseguição e a vigilância ao estrangeiro e aos contestadores da ordem estabelecida⁷ tornou-se o centro das ações da polícia política de Getúlio Vargas (Cf. Vianna, Sarmiento, Gonçalves, 2014). Exemplo disso, o Centro Galego, uma das principais associações que envolveu grande parte da coletividade espanhola, constituiu-se em um cenário cujo palco abrigou galegos polarizados ideologicamente pelo contexto político da época e que, em decorrência dessas disputas, levou à vigilância da ditadura brasileira e, por fim, desembocou em um processo no Tribunal de Segurança Nacional do governo Vargas, na década de 1940.

O Estado Novo e a perseguição aos imigrantes: espanhóis na mira e fechamento do Centro Galego

Os antecedentes do fatal desfecho, o fechamento do Centro Galego, ocorreram justamente no ano em que se instituiu o Estado Novo, em 1937. A diretoria galega eleita para esse ano foi acusada, pelos próprios sócios, de tentar instalar uma orientação esquerdista que, segundo o relatório da secretaria da associação, a maioria dos sócios não estava de acordo. Em uma das assembleias, um dos membros estendeu a saudação aos Exércitos Nacionalistas (em homenagem ao governo do general e ditador Francisco Franco), bastando para que esse sócio fosse severamente punido e ameaçado de expulsão do Quadro Social. Os adeptos do Nacionalismo, a partir de então, passaram a exercer severa vigilância sobre os diretores rojos e passaram a notar que os mesmos sonegavam a correspondência procedente do Governo Nacionalista.⁸

Em novembro de 1937, a chamada “diretoria vermelha”, foi substituída por “velhos e conceituados comerciantes da cidade”, que assumiram, segundo o documento, a postura “nacionalista”. A situação de conflito ao redor dos diferentes posicionamentos políticos da comunidade espanhola no Rio de Janeiro esteve diretamente vinculada à conjuntura albergada na sociedade de origem. As consequências da Guerra Civil espanhola (1936-1939) provocaram uma importante transformação no associativismo galego e espanhol dos países receptores deste contingente imigratório, como Argentina, Cuba, Brasil- para citar os mais relevantes- pois obrigou os seus sócios a se posicionarem a favor dos grupos enfrentados no conflito (Fernández, 2011). O resultado foi uma clara divisão na comunidade emigrada, que continuaria provocando flamantes e perigosas discussões nas sociedades étnicas espanholas. Como demonstra o Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo do centro Galego do Rio de Janeiro:

Os autores partidários da diretoria então destituída [...] tentam retomar os postos de que foram expelidos pela maioria dos consócios, não comunistas. Neste passo, aliás, nada há que acrescentar à minuciosa informação da DELEGACIA DE SEGURANÇA POLÍTICA E SOCIAL, que com referência à aludida assembleia de 20 de novembro de 1937, e após o relato do que ali ocorreu, assim esclareceu o assunto: `É oportuno relatar os primórdios da dissidência

1 *Relatorio apresentado al Consejo Deliberativo del Centro Gallego correspondiente al ejercicio del año de 1939.* 1939. Arquivo privado do Hospital Espanhol do Rio de Janeiro.

ora verificada:-como é do conhecimento de Vossa Senhoria, o Centro Gallego se compõe de espanhóis “Azañistas” e “Nacionalistas”.²

O contexto internacional e brasileiro afetava diretamente nas relações entre os membros da coletividade galega. Dentro do Brasil, a posição econômica e a tradição dos comerciantes galegos no Rio de Janeiro configuravam-se como um entrave para a investigação policial. Pesava, sob os relatórios policiais, o nível econômico que esses homens de negócio atingiram na sociedade carioca. A essas alturas já existia uma elite espanhola bem representada e que reivindicava seu espaço e identidade. Como podemos observar nas palavras da própria Delegacia de Segurança Política e Social (DESPS)³ quando autuou o Centro Gallego no ano de 1942:

É oportuno relatar os primórdios da dissidência [...] o Centro Galego se compõe de espanhóis “Azañistas” e “Nacionalistas”. Estes que constituem a elite da colônia aqui domiciliada vêm dissentindo dos propósitos daqueles que desvirtuando os fins do Grêmio, quiseram transformá-lo numa entidade partidária, cuja política (aliás infringente da nossa organização social) consistia em cercear a liberdade dos sócios “Nacionalistas” representados por pessoas de indiscutível idoneidade e vinculadas ao nosso país pelo concurso útil do seu labor, espírito de ordem e manifesto respeito às nossas instituições.⁴

2 As informações foram extraídas do *Relatorio apresentado al Consejo Deliberativo del Centro Gallego correspondiente al ejercicio del año de 1939*. Arquivo privado do Hospital Espanhol do Rio de Janeiro. As páginas do documento não estavam numeradas. O termo “Azañistas” refere-se a Manuel Azaña, político espanhol e presidente da coligação Republicano-Socialista da Segunda República espanhola, que compreendeu os anos de 1931 a 1933.

3 A função de polícia política é criada a partir de 1920 com a organização da Inspetoria de Investigação e Segurança Pública. Passava a ser competência da Seção de Ordem Social e Segurança Pública velar pela existência política e segurança interna da República [...], desenvolver a máxima vigilância contra quaisquer manifestações ou modalidades de anarquismo violento e agir com solicitude para os fins da medida de expulsão de estrangeiros perigosos. No início da década de 1930, o poder do órgão de polícia política foi ampliado e Getúlio Vargas criou uma Delegacia Especial inteiramente voltada para a repressão política dos “inimigos internos” do Estado. E em 10 de abril de 1938, criou-se uma seção de Arquivo Geral e Segurança Política e Social (S-4), para organizar prontuários, dossiês e fichários com as informações decorrentes da ação policial da DESPS. Esse sistema de organização das informações em fichas que remetiam para prontuários e dossiês foi mantido por todas as Delegacias que exerceram a função de polícia política no Rio de Janeiro. Nesse ano de 1938, a Delegacia Especial de Segurança Política e Social sofre um redimensionamento em sua atuação deixando de ser um órgão com caráter essencialmente repressivo para desenvolver atividades mais preventivas e investigativas. Ver: APERJ.

4 *Relatorio apresentado al Consejo Deliberativo del Centro Gallego correspondiente al ejercicio del año de 1939*. 1939. Arquivo privado do Hospital Espanhol do Rio de Janeiro.

No relatório, a DESPS, não economizando nos adjetivos, fez questão de destacar a figura dos nacionalistas galegos como “pessoas de indiscutível idoneidade e vinculadas ao nosso país pelo concurso útil do seu labor, espírito de ordem e manifesto respeito às nossas instituições”. Por sua vez, a palavra “elite”, nesse contexto, demonstra, também, a visibilidade e a liderança étnica dos sócios diretores do centro de perfil nacionalista.

Assim esclarece o caso a secretaria do Centro Galego às autoridades governamentais brasileiras:

Estes que constituem a elite da colônia aquí domiciliada vêm dissentindo dos propósitos daqueles que desvirtuando os fins do Grêmio, quiseram transformá-la numa entidade partidária cuja política (aliás infringente da nossa organização social) consistia em cercear a liberdade dos sócios “Nacionalistas”.⁵

As desavenças políticas dos sócios do Centro Galego custaram o fechamento da associação. Tentativas em base às oratórias de antigos sócios, como as citadas acima, foram em vão. As palavras escritas pelo secretário, Serafim Cabadas Pombo, dirigida às autoridades brasileiras denunciavam a preocupação do Centro em provar que a maioria dos seus sócios era de perfil nacionalista e que não compactuavam com a ideologia de alguns patrícios que queriam transformar a instituição em um local de esquerdistas, descritos, segundo o trecho, como “cerceadores da liberdade”.

No ano de 1942, o Centro Galego, com pouco mais de 40 anos de existência, fundado em 1899, espaço de sociabilidade e da identidade galega no cotidiano carioca, não conseguiu resistir à nova conjuntura nacional e internacional e fechou as suas portas. Em meio ao fogo cruzado, sofrendo, por um lado, as pressões do autoritarismo das políticas migratórias do governo de Getúlio Vargas e, por outro, a ditadura de Francisco Franco na Espanha, os sócios do Centro não conseguiram sanar as divergências internas, aguçadas pelo furor das rivalidades político-ideológicas. Como não podia ser diferente, a notícia saiu na grande imprensa, pois o Centro era uma instituição tradicional, representante de parcela de uma coletividade tradicional da cidade.

O Ministro da Justiça determinou a dissolução do “Centro Gallego”, velha sociedade espanhola, com mais de 40 anos de existência, por não terem os seus dirigentes cumprido as disposições do decreto 383, que regula a vida das sociedades estrangeiras no Brasil. Elementos prejudiciais vinham tomando

5 *Relatório apresentado al Consejo Deliberativo del Centro Gallego correspondiente al ejercicio del año de 1939.* 1939. Arquivo privado do Hospital Espanhol do Rio de Janeiro. As páginas do documento não estavam numeradas.

atitudes más, com o protesto da maioria dos associados do tradicional “Centro”, muitos deles brasileiros. (*Diário da Noite*, 29 jan. 1942).

Num cenário nebuloso, as lideranças galegas divergentes às ditaduras de ambos os países passaram a ser tratadas como “elementos prejudiciais”.

Está claro, que no século XX a coletividade galega do Rio de Janeiro já estava formada por indivíduos que alcançaram um poder econômico e projeção social. Um dos degraus para se chegar a essa ascensão social era através das associações. Os membros da diretoria ganhavam visibilidade tanto dentro do coletivo galego como na sociedade brasileira. Poderiam perfeitamente utilizar as necessidades dos seus patrícios em prol de interesses individuais. Como esclarece Fernando Devoto (2003, p. 245):

El problema del asociacionismo de los inmigrantes no se resuelve indagando solamente las necesidades y aspiraciones de los migrantes. Hay que detenerse también en aquellos de los grupos dirigentes. Éstos fueron los que crearon muchas de las instituciones centrales y al hacerlo perseguían propósitos que en parte eran semejantes y en parte eran diferentes de los mismos anónimos inmigrantes. El prestigio social que daba el título de presidente de una de estas entidades, o incluso de miembro de su comisión directiva, las posibilidades de interacción con las autoridades consulares del país de origen que brindaban, la visibilidad en los actos públicos que se hacían en el radio de acción de las mismas constituían reconocimientos ambicionados, aunque nos puedan parecer modestos y a veces un poco patéticos.

A tomar como exemplo o prestígio desses homens de negócio da elite galega, no ano de 1953, o Departamento Federal de Segurança Pública, investigou alguns espanhóis (todos de origem galega), considerados como “espanhóis republicanos”. Sérgio Gomes Rodrigues e Ramiro Gandara Germadas, antigos sócios do extinto Centro Galego, militavam politicamente na Associação Brasileira dos Amigos do Povo Espanhol⁶, que, segundo o relatório, era uma entidade que não só era orientada como, também, parcialmente financiada pelo extinto Partido Comunista do Brasil.

A conclusão do relatório em relação à condenação dos imigrantes não deixa lugar a dúvida: “No que diz respeito à idoneidade moral nada há de que se possa acusá-los, pois pessoas que desfrutam de relativo conceito, não só no comércio como na sociedade desta

6 Criada em 1945, após o conflito mundial, com o intuito de terminar com o regime franquista na Espanha (Cf. Souza, 2005, p. 225).

capital”.⁷ Nesse caso, mesmo o fato tendo ocorrido no contexto da Guerra Fria, a tradição da elite galega no comércio carioca contou mais do que o seu possível passado republicano e/ou comunista. Na dúvida, era mais vantajoso para a sociedade do Rio de Janeiro manter esses ilustres comerciantes que persegui-los por serem comunistas.

Devemos analisar as lideranças étnicas principalmente desde o ponto de vista dos seus fundadores e da Junta Diretiva, composta por imigrantes que alcançaram um certo poder econômico, “distinguidos comerciantes”, (termo utilizado pelas próprias atas do Centro Galego) e que possuíam interesses em comum. O relatório do Departamento Federal de Segurança Pública, citado nas páginas acima, inocentava os galegos perseguidos, justamente porque eles “desfrutavam de relativo conceito” no comércio e na sociedade carioca. Ou seja, gozar de idoneidade moral e de certo prestígio, era o suficiente para livrá-los de futuras complicações nos processos da Polícia Política brasileira.

Como explica Alejandro Fernández (Fernández, 2001, p. 150) sobre a liderança étnica dentro do associacionismo galego em Buenos Aires, para o caso específico da Asociación Española de Socorros Mutuos, seus dirigentes já tinham um passado migratório de pelo menos 20 ou 15 anos na Argentina e uma posição econômica sólida. As associações de ajuda mútua podiam ser um âmbito de canalização das inquietações filantrópicas, mas também funcionava como uma excelente ocasião para a projeção ao campo associativo da ascensão econômica conseguida anteriormente, e era uma boa carta de apresentação diante dos grupos de dirigentes do país receptor ou do governo español.

Muitos dos diretores do Centro Galego do Rio de Janeiro já eram sócios distinguidos do Hospital Espanhol, com cargos importantes nessa instituição, ou diretores com grande participação.⁸ Quando se fundou o Centro Galego, no ano de 1900, o Hospital Espanhol já existia há três décadas, desde 1859, o que significa que já havia uma elite e dirigentes dessas associações com projeção social e poder econômico. Entretanto, isso não livrará os imigrantes de continuarem a ser vigiados e até processados, como veremos a seguir.

7 APERJ. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro, Setor espanhol, Notação 3.

8 Como o primeiro Presidente do Centro, Bautista Segundo Triarte, os irmãos José e Francisco Blanco Ameijeiras, do concelho de Santa Comba, província de A Coruña. (O primeiro foi presidente do Centro Galego). Como diretor do Hospital Espanhol e membro da junta diretiva do Centro Galego podemos mencionar Daniel Durán, da Província de Pontevedra. Arquivo do Hospital Espanhol do Rio de Janeiro, livro de matrículas de sócios (Cf. Sarmiento, 2017).

O tribunal de Segurança Nacional e o Centro Galego

Como vimos anteriormente, a agonia do Centro Galego se inicia devido às dissidências político-ideológicas de seus sócios. A Guerra civil espanhola, segundo grande parte dos especialistas, politizou de forma crescente as associações e as dividiu, de forma geral, entre republicanos e simpatizantes de Franco. A polarização encontra-se, de um lado, nas grandes instituições espanholas, alinhadas com o regime franquista, e, de outro, nas pequenas sociedades de base comarcal e paroquial, e também, nos Centros Galegos que se posicionavam favoráveis à II República (Fernández Santiago, 2001, p. 81). No caso do Rio de Janeiro, o associativismo galego, foi penalizado pelas disputas internas imiscuídas ao cenário da ditadura brasileira. Um coquetel explosivo que levou à perseguição do associativismo espanhol, como um todo, como veremos mais adiante.

A partir do ano de 1936, do início da Guerra Civil espanhola e da ditadura de Getúlio Vargas no ano seguinte, em 1937, o Brasil começa a observar de forma diferente aqueles espanhóis republicanos e de esquerda, principalmente os que eram sócios do Centro Galego do Rio de Janeiro. Sobre esse contexto, Maria Luiza Tucci Carneiro (2018, p. 367-368) afirma:

É fato que, entre 1936 e 1939, o tema da Guerra Civil Espanhola ocupou um lugar privilegiado na grande imprensa brasileira, assim como na documentação produzida por diplomatas brasileiros em missão na Espanha e autoridades policiais sediadas no Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo - Deops/SP. Enquanto as notícias sobre a guerra pipocavam diariamente nos principais jornais e revistas ilustradas daquela época, os registros diplomáticos e policiais eram mantidos em segredo e cadastrados como assunto de segurança 368 Maria Luiza Tucci Carneiro nacional. Tratava-se, na maioria das vezes, de vigilância e repressão ao comunismo, interpretado como o vilão do conflito na Espanha.

Dessa forma, seguindo, ainda, os argumentos de Tucci Carneiro (2018), ficava evidente que a neutralidade propagada pelo governo brasileiro era falsa pois, nos bastidores, Vargas identifica-se com as propostas dos regimes nazifascistas e nacionalistas em voga na Europa, que encontravam adeptos no Brasil. Vargas não ocultava seu apoio ao franquismo, representado pela Embaixada da Espanha no Brasil e pelo Centro Espanhol Nacionalista, sediado em Porto Alegre. Em vários momentos, Vargas aproveitou-se das notícias sobre a Guerra Civil espanhola publicadas pela grande imprensa brasileira para justificar a vigilância e a repressão aos comunistas no Brasil que, segundo versão oficial, identificavam-se com a causa dos republicanos espanhóis (*Ibidem*, p. 368-369).

Um dos nomes apontados pelo relatório do Departamento Federal de Segurança Pública e que fazia parte desses “distinguidos comerciantes” galegos com trajetória dentro

das associações espanholas do Rio de Janeiro era o de Celestino Ramos Garcia.⁹ O imigrante também foi acusado de fazer parte do grupo de “espanhóis republicanos”, e pertencer a Associação Brasileira dos Amigos do Povo Espanhol,¹⁰ uma associação que, segundo a polícia, era financiada pelo extinto Partido Comunista. Celestino Ramos Garcia foi enquadrado no artigo 5º do decreto lei 383, do ano de 1938, que veda a estrangeiros atividades políticas no Brasil e segundo o relatório, o Tribunal de Segurança Nacional (TSN) o excluí da denúncia, no ano de 1943. Ele foi autuado no processo contra o Centro Galego, obrigado a depor como membro da associação.

Era Celestino Ramos Garcia uma liderança na comunidade galega e um homem de projeção da sociedade carioca? Os documentos não nos sinalizam mais informações sobre o imigrante de origem galega, mas tudo indica que sim. Um forte motivo para isso era a preocupação da polícia em investigar a sua militância política em uma associação vinculada ao Partido Comunista, para em seguida, inocentá-lo, junto com outros patrícios, por pertencer ao grupo de pessoas que “desfrutam de relativo conceito, não só no comércio como na sociedade desta capital”.¹¹

Os elogios do governo brasileiro aos imigrantes espanhóis nacionalistas, por sua vez, duraram até o ano de 1943, quando se deu o rompimento das relações diplomáticas com os países do eixo. A ditadura de Getúlio Vargas, mesmo simpatizante dos fascismos, teve que ceder às pressões dos países vitoriosos da Segunda Guerra, especialmente do imperialismo estadunidense, que, na realidade, sempre se configurou como a maior pressão econômica e política na América Latina na contemporaneidade.

Na mira dos fascistas, após a derrota da Alemanha e da Itália na Segunda Guerra, os relatórios da polícia política também não pouparam os falangistas, os conhecidos fascistas espanhóis. Consta em um dos documentos da pasta “Espanhóis” do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, que “o movimento falangista, à semelhança do nazista e fascista, era levado a efeito por elementos escolhidos entre a colônia espanhola domiciliada no país (no caso o Brasil) e as ordens contendo as instruções para a ação, eram distribuídas através de notas secretas, impressas em papel sem timbre e com ordem de destruição ou devolução dentro de três dias após o seu recebimento”.¹²

Membros da coletividade galega, inseridos no comércio carioca e, também, renomados sócios do Centro Galego aparecem nesse dossiê. Eram vistos como distinguidos comerciantes, que formavam a chamada “Junta de Burgos”. Um deles era Benjamin Iglesias Malvar, dono do

9 APERJ. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro, Setor espanhol, Notação 3.

10 *Idem*. Infelizmente não há mais informações sobre essa associação.

11 *Idem*.

12 APERJ. Relatório policial. RJ, 23 de outubro, 1943. Dossiê 1, Fl. 22-3 e 27-39. Setor diversos, pasta 5. DOPS-RJ/APERJ, folha 034.

Café Imperial, no conhecido Largo da Lapa no Centro da Cidade: “Infiltrou-se nas sociedades espanholas locais para subverter a ordem das mesmas. Com isto chegou a assumir a presidência de Beneficência Espanhola, afastando os sócios republicanos espanhóis. Nisto foi exilado por elementos da ‘Junta de Burgos’”.¹³

A “Junta de Burgos” estava formada por um grupo de galegos que se reunia no Restaurante Urca, localizado no bairro do morro da Urca, e o seu proprietário foi identificado pela polícia com o sobrenome “Barreiros”.¹⁴ Nesse local, segundo o relatório da polícia, se realizavam os banquetes do “prato único” dos falangistas.¹⁵

A “Junta” era liderada por Camilo Cuquejo, galego possuidor de vários títulos e cargos nas associações étnicas, e homem de projeção no comércio carioca. Seu patrimônio não era nada desprezível, era proprietário dos Bares Automáticos, do Restaurante Brahma e um dos sócios do Café Colombo. Segundo o relatório da polícia, era no Café Colombo, situado na Travessa do Ouvidor, uma das ruas mais importantes e tradicionais da capital federal, onde costumavam-se encontrar os integralistas¹⁶ e, também, os falangistas, sendo, “ali, forjadas as maiores calúnias contra os elementos adversos, no caso, os republicanos espanhóis”.¹⁷ Segundo o relatório, no comércio de Camilo Cuquejo era onde se reuniam os adeptos de Franco e se organizavam assaltos à coletividade espanhola que não queria obedecer a orientação do falangismo.¹⁸

Percebe-se nesse relatório policial, uma mudança de posição em relação aos únicos perseguidos anteriormente: os *rojos* e republicanos. Em alguns pontos do relatório, os investigadores policiais chegam a defender os republicanos, utilizando adjetivos como era um “rapaz direito”.

Vale ressaltar que vários desses comerciantes galegos, considerados falangistas pela polícia brasileira, criadores da Junta de Burgos e fiéis aliados do regime de Franco, aparecem em diferentes fontes brasileiras. Não só a Junta de Burgos foi alvo de perseguição, mas

13 O bairro da Lapa, do centro do Rio de Janeiro, foi importante reduto de imigrantes galegos desde a metade do século XIX, onde encontramos imigrantes proprietários de restaurantes, pensões e pequenos hotéis. A Lapa é até os dias de hoje um bairro boêmio (Cf. Sarmiento, 2017). APERJ. RJ, 23 out. 1943. Dossiê 1, fl. 22-3; 27-39. Setor diversos, pasta 5. DOPS-RJ/APERJ, fl. 025.

14 APERJ. Relatório policial. RJ, 23 out. 1943. Dossiê 1, fl. 22-3; 27-39. Setor diversos, pasta 5. DOPS-RJ/APERJ, fl. 039.

15 APERJ. *Ibidem*, fl. 033.

16 Pertencentes à Ação Integralista Brasileira, fundada em 1932 por Plínio Salgado. Maiores Informações ver Gonçalves, 2014.

17 APERJ. Relatório policial. RJ, 23 out. 1943. Dossiê 1, fl. 22-3; 27-39. Setor diversos, pasta 5. DOPS-RJ/APERJ, fl. 039.

18 APERJ. *Idem*.

também a possível reabertura do Centro Galego, proibido de existir pela ditadura Vargas, O que demonstra que, ao fechar o Centro Galego, os restaurantes dos imigrantes, nesse caso os apoiadores do governo franquista, passaram a ser ponto de encontro, uma espécie de sub-associativismo, ou associativismo *subterrâneo*¹⁹ para discutirem suas ideologias políticas num espaço considerado neutro.

Vários nomes atribuídos à Junta de Burgos foram sócios e até fundadores do Centro Galego do Rio de Janeiro. A partir de 1942, esses indivíduos começaram a ser autuados pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social e pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN) a fim de prestar esclarecimentos sobre a compra de um novo terreno para o Centro Galego. Havia suspeitas em relação às contas da Associação e o governo brasileiro estava investigando. Infelizmente não temos mais informações sobre a Junta de Burgos, mas ela nos demonstra a existência de diferentes subgrupos dentro do associativismo galego no Rio de Janeiro, ocupando espaços da hotelaria, principal setor profissional no Rio de Janeiro, formando redes e uma polarização ideológica que preocupou o governo Vargas. Enquanto o Centro Galego se mantinha fechado, os galegos se articulavam formando novas associações, mesmo que informalmente.

Vejamos o caso dos irmãos Benigno e Benjamin Iglesias Malvar, pertencentes à Junta de Burgos, eram dois nomes fortes da colônia. Ambos foram sócios pertencentes ao Hospital Espanhol e ao Centro Galego. Benigno era comerciante no Rio de Janeiro, nascido em Pontevedra e possuía 55 anos à época do interrogatório que o levou ao Tribunal Superior Nacional, no ano de 1942. Partes do interrogatório seguem abaixo:

que o declarante é um dos sócios fundadores do Centro Galego; que participou no empréstimo contraído pelo Centro, para a construção da sua atual sede, na rua do Rezende, número sessenta e cinco, entretanto, não se lembra o quanto; que outros sócios também emprestaram certas quantias, não se recordando o declarante a forma do empréstimo; que o declarante nunca fez parte da diretoria e sempre esteve afastado das atividades do Centro, motivo porque, surpreendeu-se bastante com a intimação que recebeu, pois, a bem da verdade, ignora tudo quanto lá se passa.²⁰

19 Esse termo foi criado e cunhado por mim nesse texto para designar o que considero uma associação clandestina, uma vez que os estrangeiros estavam proibidos de criarem associações com fins políticos no governo Vargas.

20 AN-RJ. Tribunal Superior Nacional, Processo 2374, Vol. I M.J.N.I. – Polícia Civil do Distrito Federal.

A polícia desconfiava da possível “ressurreição” do Centro Galego do Rio de Janeiro, e começou, assim, a investigar os indivíduos que antes faziam parte da extinta associação. No atual contexto do Pós-Guerra, de censura e perseguição policial aos estrangeiros no Brasil, a colônia espanhola se defendia como podia, inclusive negando sua participação nas associações.

As diferentes posturas político-ideológicas do cenário espanhol se reproduziram no Rio de Janeiro pelos imigrantes espanhóis, seja na figura dos *rojos*, seja dos nacionalistas. Se a historiografia silenciou ou imaginou uma colônia passiva e apolítica no Rio de Janeiro, as fontes demonstram o contrário. Os nacionalistas, a título de exemplo, buscavam apoio na polícia do Estado Novo, fiel aliada nos primeiros anos dos espanhóis apoiadores do governo de Francisco Franco, antes da derrota dos países do Eixo na Segunda Guerra. Uma amostra dessa relação, encontra-se na carta do embaixador da Espanha no Rio de Janeiro, Fernández Cuesta, endereçada ao Chefe Superior da Polícia do Distrito Federal, o poderoso Filinto Miller,²¹ do ano de 1941. Segue trecho da missiva, abaixo:

Exmo. Señor Dr. Filinto Muller

Jefe Superior de la Policia del Distrito Federal

Rio de Janeiro

Mi querido amigo,

Al pasar ayer por la Avenida Rio Branco mi Secretario particular Sr. Ardura, pudo oír al español José Valencia, empleado en el Banco Novo Mundo, proferir insultos contra al Jefe del Estado y el Gobierno Español. El Sr. Ardura se avalanzó contra el citado Valencia, siendo ambos detenidos y llevados a la Comisaría del distrito y más tarde a la Dirección General de Policía donde sin tomarles verdadera declaración fueron puestos en la calle en la que el mencionado Valencia provocó nuevamente a mi Secretario con palabras contra el Estado Español y solo gracias a la prudente actitud del Sr. Ardura no hubo en nuevo altercado.

Repetidas veces el citado Valencia ha insultado públicamente al Jefe del Estado Español y esa actitud es de suponer que continúe ahora más provocadora si

21 Fillinto Muller teve uma extensa vida pública. Em 1931 foi secretário do interventor federal em São Paulo e entre abril de 1933 e julho de 1942 exerceu a função de chefe de polícia do Distrito Federal. Daí passou a oficial de gabinete do ministro da Guerra, função que exerceu até 1943, quando foi nomeado presidente do Conselho Nacional do Trabalho. Um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD) em 1945, Filinto Müller foi eleito senador pelo estado de Mato Grosso em 1947, exercendo o mandato até 1951. Voltou ao Senado em 1954, reelegendo-se seguidamente (depois de 1965 pela Arena) até seu falecimento, em 11 de julho de 1973, vítima de um desastre aéreo. Fazia parte do grupo dos “germanófilos” dentro do governo Vargas. Heymann, 1997: 53.

después de haber sido detenido por haber insultado groseramente al Generalísimo Franco ante mi Secretario particular, no solo se le reprende y castiga sino que se le pone en libertad.

Yo le agradecería vivamente haga Vd. lo que juzgue posible para que el citado español sea corregido en la forma oportuna.

Aprovecho esta ocasión para, al adelantarle las gracias, reiterarle mi buena y mi consideración distinguida.²²

O trecho da carta, em tom amistoso, iniciando com “mi querido amigo” não nega a proximidade e confiança entre ambos os personagens. Mais uma vez os problemas da colônia espanhola do Rio de Janeiro, que diziam respeito às questões internas do país de origem, levavam os imigrantes, como aconteceu no fechamento do Centro Galego, a apelar às autoridades brasileiras, na solução de seus conflitos. Não foi à toa que o embaixador do governo franquista se comunicou com o chefe de polícia do Estado Novo para que lhe ajudasse a dar “um corretivo de forma oportuna” ao espanhol rojo que ofendeu a Espanha autoritária, de cunho fascista. A polícia política brasileira e o Estado Novo possuíam fortes instrumentos de perseguição aos estrangeiros e a todos aqueles considerados contrários às suas ideias. Segundo Tucci Carneiro (2014, p. 5):

Por trás da ação da Polícia Política emerge a figura soberana do Estado (meio real, meio mítica), que, nos momentos de instabilidade política, teve necessidade de nomear seus inimigos anarquistas comunistas, integralistas, fascistas, antifascistas, nazistas, feministas, terroristas, etc. O enfrentamento se fez em duas frentes distintas: através da repressão direcionada tanto para o combate aos movimentos de direita como de esquerda; e de uma legislação especial, que, a partir de 1935, se fez com base nas leis de Segurança Nacional (LSN), Estado de Sítio, Estado de Guerra e da criação do Tribunal de Segurança Nacional.

O espanhol que merecia “um corretivo” do Estado Novo por desrespeitar o governo franquista em plena via pública carioca se chamava José Valencia, um galego natural de Ourense. No dia 15 de fevereiro do mesmo ano de 1941, ele foi detido pelo Chefe de Polícia para prestar declaração. Segundo descrição do relatório:

Consta ser comunista. É adversário figadal do governo do General FRANCO. No dia 13 do corrente (fevereiro de 1941), no Restaurante “Balalaika”, por

22 APERJ. Pol Pol. Prontuário GB. Notação 14962.

motivos políticos, teve séria discussão com JOSÉ VICTORIA ANDURA, CAMILO CERQUEJA e outros, resultando um conflito, motivo por que fôram detidos pelo 7º D.P. e apresentados a esta D.E. dia imediato, visto nada haver ficado apurado que o compromettesse.²³

O documento deixa em evidência que havia lugares de encontros, de reuniões da colônia espanhola, nesse caso no restaurante chamado Balalaika, localizado no Centro do Rio de Janeiro, possível espaço de ócio da coletividade. Outrossim, vale ressaltar a continuidade dos conflitos políticos da pós-guerra civil espanhola nos países de recepção migratória, provocando graves rupturas e sequelas na colônia, especialmente em países que passavam por governos autoritários, como o Brasil.

No caso da vizinha Argentina, também importante país receptor de imigrantes espanhóis, no mesmo período, o contexto político local também afetou as decisões e o cotidiano de muitas das associações espanholas sediadas em Buenos Aires. No dia 15 de maio de 1939, o Decreto n.º 31.321, firmado pelo presidente Roberto Ortiz pretendia regular as atividades das associações estrangeiras com o objetivo de restringir as atividades de ordem política que as entidades viessem a realizar. Um bom exemplo disso nos oferece o estudo realizado sobre o Centro de Betanzos, que segundo a sua autora, Denise Rocío Ganza (2014, p. 155), mediante o novo decreto, evitou incluir entre os seus objetivos referências explícitas sobre sua identidade política. As associações que mantivessem finalidades culturais, artísticas ou de assistência social tinham a sua liberdade garantida pelo governo argentino.

Apesar de ser intimado a prestar declarações, visto estar sendo acusado pelo Embaixador Espanhol de haver proferido insultos contra o General Franco, José Valencia, após dar explicações consideradas satisfatórias, foi posto em liberdade. O galego, de 31 anos e solteiro, residia na Rua Acre, no Centro do Rio de Janeiro, e segundo o prontuário policial, encontrava-se há muito tempo no Brasil. Durante a guerra civil espanhola, José Valencia, exerceu o cargo de Presidente do Centro Republicano Espanhol, associação que foi fechada em 1937, pela DESPS (Delegacia Especial de Segurança Política e Social). Segundo consta na documentação, o imigrante galego foi elemento de confiança do Consulado Espanhol, naquela época.²⁴

Na década de 1930, no alvorecer do governo republicano, no período da Espanha democrática, o Centro republicano Espanhol do Rio de Janeiro gozava de prestígio e boas relações com o Consulado Espanhol. Um dos exemplos em relação a esse momento de

23 APERJ. Pol Pol. Prontuário GB. Notação 14962.

24 *Idem*.

participação, encontra-se na correspondência do Centro, do ano de 1934 dirigida ao Cônsul da República. A missiva, em tons festivos, foi um convite à celebração dos 61 anos de República:²⁵

Sr. Eduardo Danis Navarro

Distinguido amigo y consocio:

Con ocasión de la fecha del 11 de Febrero en que se cumplen 61 años de la proclamación de la primera República Española, los miembros de este Centro nos proponemos reunirnos en un almuerzo íntimo en que se congrege la familia republicana española de Rio de Janeiro, y al cual nos es especialmente grato invitarle.

El almuerzo será a las 13 del día 11 de Febrero, en el Grande Hotel, Largo da Lapa. Seguros de que nos honrará con su presencia, aprovechamos la oportunidad para reiterarle nuestra alta consideración y aprecio.

Salud y República

Por la Directiva

Segundo Elda González Martínez (2018) a maioria dos centros regionais se mostrou abertamente simpático às ideias republicanas. Para corroborar essa afirmação, a autora cita uma informação enviada em outubro de 1939 pelo cônsul geral, Álvaro Seminario, ao chefe de imprensa e propaganda em Madrid, dizendo:

Quizás sea el Brasil uno de los países de América en el que haya de intensificarse la labor de propaganda españolista, porque los centros españoles, con excepción de la Cámara de Comercio, han quedado em manos de los rojos, y la colonia en su 90% obedece al ideario republicano-soviético (apud González Martínez, 2018, p. 223).

Alguns autores que se dedicaram aos estudos do associativismo espanhol no Brasil amparam-se, para justificar a invisibilidade das associações comparadas a outros grupos migratórios, em argumentos como a inexistência de uma elite empresarial ou intelectual em contraposição a uma maior frequência de sócios de classes média e baixa, inclusive nas associações regionais; ou que o problema das fontes estaria vinculado à debilidade das próprias associações espanholas em relação à quantidade de membros e aos recursos econômicos que as mesmas poderiam contar (Maciel; Antonacci, 1990; 1997).

25 Archivo General de la Administración. Documentação (10)013.001, cx. 54-4998, Sociedades Espanholas 1934.

Segundo Avelina Gallego, em relação à coletividade espanhola no Brasil, de forma geral, esta, com um grupo de intelectuais e com uma política imigratória que via a imigração como um fator positivo, como um mercado nacional no exterior. Ainda seguindo os argumentos da autora, a emigração espanhola carece de relatórios, crônicas de viagem de autoridades espanholas, artigos na imprensa que relatasse a vida da colônia no Brasil, ademais de contar com uma política que enfatizava as emigrações para as colônias espanholas (Cuba, Argentina, Uruguai) e que estava impregnada por uma mentalidade anti-emigração (Gallego, 1995, p. 58).

Ao que parece, voltando aos galegos no Rio de Janeiro, as suas dissidências ideológicas, o fechamento do Centro pelo governo brasileiro, as perseguições da DESPS a diversos indivíduos e ao Centro Galego demonstraram existir, sim, uma coletividade com certa influência e visibilidade no Rio de Janeiro. Homens de negócio, comerciantes, que possuíam longa trajetória na sociedade carioca, conhecedores da cultura e da política local e da sua sociedade de origem e que formaram redes nos dois lados do atlântico.

Para melhor compreensão do cenário, o Centro Galego foi autuado pela DESPS no ano de 1942, junto com pelo menos 17 sociedades estrangeiras registradas nos autos da polícia.²⁶ O Centro Galego, foi assim, autuado, segundo o art. 5º do Decreto-Lei n.º 383, que previa que das entidades estrangeiras não poderiam fazer parte brasileiros, natos ou naturalizados, ainda que filhos de estrangeiros. No processo julgado pelo Tribunal de Segurança Nacional, encontram-se pelo menos 15 brasileiros, natos ou naturalizados, que faziam parte do Centro Galego, enquanto os demais 111 membros expostos no processo eram em sua totalidade espanhóis.²⁷

O processo, além disso, consistia também numa solicitação de licença para o funcionamento da referida sociedade no ano de 1942.²⁸ A solicitação é realizada por José Fernandez Gonzalez, então vice-presidente em exercício do Centro Galego, o qual também havia sido estabelecido um inquérito contra, de acordo com o art. 5º do Decreto-Lei n.º 383, por ser o representante legal do Centro Galego. A pena pela infração era a perda de cargo público, bem como a inabilitação para exercer qualquer atividade ou cargo de natureza pública, pelo período de cinco anos. Ajuntava-se à punição a prisão, por dois a quatro meses, além de multa de cinco a dez contos de réis. Por fim, os envolvidos eram também passíveis de expulsão.²⁹

Havia todo um histórico, uma tradição desses homens, independentemente de suas

26 APERJ. Relatório de investigação. Dossiê, 13 nov. 1941.

27 AN-RJ. Processo n. 2374, p. 672.

28 AN-RJ. Processo n. 2374, p. 672.

29 Brasil. Decreto-Lei n. 383, de 18 de abril de 1938. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 19 abr. 1938, p. 7357.

ideologias políticas, com o centro Galego. No ano de 1936, por exemplo, o jornal *Diário Carioca* noticiava os 36 anos da fundação do Centro galego. Ninguém imaginava que poucos anos depois este seria fechado para sempre e até mesmo autuado no Tribunal de Segurança Nacional da ditadura de Getúlio Vargas. Na nota destacada no Diário, a celebração promete brilhantismo como o Centro merece, com a presença do embaixador da Espanha e o orador oficial será Antonio España Paramés. Seis anos depois, o galego Paramés seria chamado pela polícia para prestar declaração por ter sido um membro ativo do Centro.

Assim como Benigno Iglesias Malvar, António Paramés também alegou, nos autos, estar afastado do Centro Galego. Em seu depoimento, especificou que abandonou a associação, situada à Rua do Rezende, número 65, “atendendo a profunda divergências existentes entre a sua maneira de ver, as diretrizes que o Centro deveria seguir, como seja a de completa nacionalização, atendendo aos preceitos legais e as atitudes tomadas pela diretoria, que nessa ocasião assumiu a responsabilidade dos destinos do referido Centro”.³⁰ Ou seja, caindo nas graças dos rojos, dos esquerdistas, contrários ao governo nacionalista espanhol e contrariando a legislação da ditadura brasileira em relação às sociedades estrangeiras em território nacional, o Centro Galego agonizou. Prova cabal de que Paramés estava do lado dos nacionalistas. Seu auto de qualificação como acusado consta no dia 24 de setembro do ano de 1942. Comerciante, casado, com 42 anos no momento do interrogatório, declarou que

é sócio contribuinte do Centro Galego há cerca de catorze anos, tendo sido algumas vezes diretor, mas, há mais de cinco anos não ocupa qualquer cargo na diretoria, continuando como simples sócio, sem influência alguma na diretoria; que, a despeito de continuar como sócio, pagando as mensalidades em sua própria residência, o declarante há mais de cinco anos está afastado do Centro, desconhecendo, por completo, as atividades do mesmo.³¹

Paramés era, à época, presidente do Conselho Deliberativo da Sociedade Espanhola de Beneficência, e fez questão de proteger e justificar a existência dessa antiga associação espanhola no Rio de Janeiro quando afirma que a existência da mesma é anterior à

30 AN-RJ. Tribunal Superior Nacional, proc. 2374, v. I M.J.N.I. – Polícia Civil do Distrito Federal AUTO DE QUALIFICAÇÃO Modelo N. 3, fl. 140.

31 AN-RJ. *Idem*.

vigência da lei que determinou a nacionalização das sociedades estrangeiras, já era nacionalizada por deliberação do Conselho que o declarante presidia e atualmente presidente, motivo esse que levou Sua Excelência, o Senhor Ministro da Justiça a permitir que a Sociedade Hespanhola de Beneficencia continuasse com essa designação, como atualmente continu.³²

O historiador galego Núñez Seixas (2003, p. 355-356) aborda a questão dos tipos de lideranças étnicas utilizadas para os galegos na América, como a liderança interna e a de projeção. A primeira consiste em um tipo de liderança que nasce dentro do grupo étnico e se desenvolve dentro dele, a partir de indivíduos que, teoricamente, chegam ao continente americano em uma situação relativamente parecida (por exemplo, filhos de camponeses que chegam sem recursos) e que graças a sua ascensão social e o seu trabalho de porta-vozes do grupo se convertem tanto em seus representantes como em seus defensores perante o exterior. Já a liderança de projeção se refere àqueles indivíduos surgidos do grupo étnico que adquirem uma audiência superior à do grupo com que são identificados e que, de fato, se movimentam às margens dele, ou simplesmente mantêm uma vinculação débil ou um envolvimento meramente simbólico.

A maioria dos líderes galegos já pertenciam a uma associação -o Hospital Espanhol- e alguns haviam exercidos cargos diretivos antes de fazerem parte do Centro Galego. Esses líderes étnicos, graças ao seu ascenso econômico e social se convertem em representantes e defensores das suas comunidades. Nesse tipo de liderança, os líderes são responsáveis por realizar uma série de tarefas como: proporcionar serviços econômicos à coletividade de imigrantes, servir de catalizadores da sociabilidade de grupo, favorecendo a comunicação tanto formal (imprensa, festas, comemorações) como informais (tertúlias, reuniões, lugares de socialização), a defesa do país ou do seu lugar de origem; o progresso ou avanço da coletividade étnica, cuidando do seu prestígio e respeitabilidade (Núñez Seixas, 2003, p. 355).

Porém, o grupo continuou atuante, segundo o processo, “burlando as leis com medidas protelatórias”, embora tais medidas fossem todas legais. Nessa configuração, o Centro Galego não conseguiu sua licença para funcionar como sociedade nacionalizada, permanecendo assim fechada e seu representante, José Fernández González, foi condenado a quatro meses de prisão e ao pagamento de multa, por maioria de votos dos juízes do TSN.³⁴ Benigno Iglesias Malvar e seu genro, Antonio España Paramés, foram liberados e inocentados de qualquer crime, tratados pela imprensa como “distinguidos comerciantes”. Ambos os imigrantes galegos foram absolvidos de serem partícipes de um centro que agonizou, que não sobreviveu aos seus dias de glória na sociedade carioca, passando a ser alvo da perseguição política de Vargas.

32 AN-RJ. Processo n.º 2374, p. 672.

Conclusão

A partir da documentação analisada, pode-se afirmar o quanto foi acirrada a vigilância em torno da coletividade espanhola, e de quebra, de seu associativismo, constituído, majoritariamente, por homens de origem galega. Os contextos de ditadura, envolvendo ambos os países e de guerras na Europa, resultaram em posicionamentos ambíguos do Governo brasileiro, comandado por Getúlio Vargas, que, inicialmente, perseguiu os espanhóis de ideologia de esquerda, para, em seguida, a partir de 1943, exercer forte pressão, também, sobre os considerados nacionalistas.

Inequivocamente, as pressões internacionais influenciaram nas disputas internas dos membros da colônia espanhola da capital federal, cujo Centro Galego do Rio de Janeiro foi fechado definitivamente na década de 1940. Esses elementos, considerados perigosos, a partir da ruptura do Brasil com os países do Eixo, na Segunda Guerra, encontravam-se reunidos em bares e restaurantes da zona Sul e das áreas centrais do Rio, todos de propriedades de imigrantes de origem galega, e seus nomes acabaram sendo imortalizados nos arquivos da Polícia Política e nos autos do Tribunal de Segurança Nacional, por sua anterior relação com o extinto Centro Galego, como pudemos demonstrar ao longo do texto.

É fato a existência de uma estreita relação das lideranças étnicas com as autoridades brasileiras, bem como o uso das redes de solidariedade e das relações clientelistas para consolidar o seu status e valorizar a sua posição de elite imigrante na sociedade carioca. O surgimento do que chamamos de associações subterrâneas, como a “Junta de Burgos”, sociedades informais formadas por comerciantes galegos de tendências nacionalistas, demonstra as estratégias de sobrevivência frente a uma coletividade polarizada, cuja associação principal, o Centro Galego, encontrava-se fechada.

Importante não esquecer também da leniência da polícia da época, que fazia questão de frisar nos relatórios a boa conduta dos homens de negócio, absolvendo-os de qualquer punição, mas punindo o Centro Galego, que oferecia riscos pelas acirradas disputas político-ideológicas de seus sócios, proibitivas à época.

Percebemos, ao analisar os autos do TSN e da DESPS o quanto a colônia galega se preocupou em se proteger da ditadura Vargas, negando, como demonstramos em alguns depoimentos de sócios do Centro Galego, o vínculo recente com a associação. Muitos defenderam, inclusive, a nacionalização do Centro. A postura de negação dos sócios, certamente contribuiu para o abandono do Centro, a partir de uma coletividade dividida ideologicamente, e, posteriormente, do seu fechamento definitivo. Temos, dessa forma, uma coletividade galega polarizada ideologicamente, em conexão com a política da época, tentando sobreviver às intempéries e buscando sua permanência na sociedade carioca.

Há que se levar em consideração que não eram quaisquer imigrantes, eram homens de poder, de visibilidade e que sabiam entrar e sair de cena, especialmente quando exercitavam seus lados conservadores, sem se aproximar do fascismo, mas apresentando-se nas colunas

sociais como homens de negócio, de relevância para a sociedade, de boas famílias, comungando, assim, com os princípios da ditadura brasileira.

Referências

BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas e de classe: os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo*. 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2002.

CÁNOVAS, Marília Dalva Klaumann. *Espanhóis na conflituosa Santos da belle époque: cotidiano urbano, práticas associativas e militância política, 1890-1922*. São Paulo: Edusp, 2017.

CÁNOVAS, Marília Dalva Klaumann. *Imigrantes espanhóis na Paulicéia*. São Paulo: Edusp, 2009.

CÁNOVAS, Marília Klaumann. *Hambre de Tierra*. Imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista. 1880-1930. São Paulo: Lazuli, 2005.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena, propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

CARNEIRO, Maria Luisa Tucci. As marcas do impacto. Narrativas e representações da Guerra Civil Espanhola. In: GUTIÉRREZ, H. *et al.* (Orgs). *A guerra civil espanhola e a América Latina*. São Paulo: Terceira Margem, 2018.

CARNEIRO, Maria Luisa Tucci. Os arquivos da polícia política brasileira: intolerância, repressão e resistência. In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SARMIENTO, Érica Sarmiento; GONÇALVES, Leandro Pereira (Org.). *Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

COUTINHO, Barreto David. *Políticas Imigratórias e as instituições burocráticas no governo Vargas (1930-1945)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

DEVOTO, Fernando. *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.

FERNÁNDEZ SANTIAGO, M. X. Asociacionismo gallego en Buenos Aires (1936-1960). In: NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manoel (Ed.). *La Galicia Austral*. La inmigración gallega en la Argentina. Buenos Aires: Biblos, 2001.

FERNÁNDEZ, Alejandro E. Los galegos dentro de la coletividade y las asociaciones españolas en el primer tercio del siglo XX. NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manuel (Ed.). *La Galicia austral*. Buenos Aires: Biblos, 2001.

FERNÁNDEZ, Alejandro E. Los gallegos dentro de la colectividad y las asociaciones españolas en el primer tercio del siglo XX. In: NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manoel (Ed.). *La Galicia Austral*. Buenos Aires: Biblos, 2011.

GALLEGO, A. M. *Espanhóis*. São Paulo: CEM, 1995.

GANZA, D. R. Una comarca emigrada galega frente a los avatares políticos en la sociedad de partida. In: CRISTÓFORIS, N.; TATOM, M. I. (Ed.). *Las grandes guerras del siglo XX y la comunidad española de Buenos Aires*. Buenos Aires: Ed. Facultad de Filosofía y Letras de la UBA, 2014.

GONZÁLEZ MARTÍNEZ, E. Asociaciones españolas en Brasil. In: MATEOS, A. (Coord.). *Los españoles en América*. Madrid: Eneida, 2018.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o Caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*, n. 19, p. 41-66, 1997.

ISMARA, Izepe Souza. *Solidariedade internacional*. A comunidade espanhola do Estado de São Paulo e a polícia política diante da Guerra civil da Espanha (1936-1939). São Paulo: Humanitas, 2005.

GONÇALVES, Leandro Pereira. O Estado Novo: da ação integralista brasileira e a prisão de Plínio Salgado. In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SARMIENTO, Érica; GONÇALVES, Leandro Pereira (Org.). *Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

MACIEL, L. A.; ANTONACCI, M. A. M. Os espanhóis em São Paulo: Cultura, cotián e experiencias de vida. *Estudios Migratorios*, n. 3, p. 65-111, 1997.

MOYA, J. C. Los gallegos en Buenos Aires durante el siglo XIX: Inmigración, adaptación ocupacional e imaginario sexual. In: NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manuel (Ed.). *La Galicia austral*. Buenos Aires: Biblos, 2001.

NEVES, David Rodrigues Silva. *O Tribunal de Segurança Nacional e a repressão aos comunistas e integralistas (1936-1938)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manoel. Liderazgo étnico en comunidades emigrantes: algunas reflexiones. In: SÁNCHEZ ALBORNOZ, Nicolás; LLORDÉN, Moisés (Comp.). *Migraciones iberoamericanas*. Reflexiones

sobre economía, política y sociedad. Asturias: Fundación Archivo de Indianos; Columbres, 2003.

SARMIENTO, Érica; CARULA, Karoline. Levando o progresso e a civilidade para o além-mar. A representação dos imigrantes galegos na cidade do Rio de Janeiro. In: AZEVEDO, André Nunes de; GAUZINSKI, Débora (Org.). *O porto do Rio e outras espacialidades cariocas*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2021.

SARMIENTO, Érica. *Galegos no Rio de Janeiro (1850-1970)*. Santiago de Compostela: Ed. USC, 2006.

SARMIENTO, Érica. *Galegos nos trópicos*. Invisibilidade e presença da imigração galega no Rio de Janeiro (1880-1930). Porto Alegre: EdPucRs, 2017.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Os tribunais da ditadura*: o estabelecimento da legislação de segurança nacional no Estado Novo. In: PALOMANES, Francisco; COSTA PINTO, Antonio (Org.). *O corporativismo em português*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

SOUZA, Ismara Izepe. *Solidariedade internacional*. A comunidade espanhola do Estado de São Paulo e a polícia política diante da Guerra civil da Espanha (1936-1939). São Paulo: Humanitas, 2005.

VÁZQUEZ, Alejandro González. *La emigración gallega a América, 1830-1930*. 1999. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 1999.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SARMIENTO, Érica; GONÇALVES, Leandro Pereira (Org.). *Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.